unitas
Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões
ISSN 2358-3037

Vaticano II e o diálogo ecumênico: mudanças litúrgicas e impactos nas igrejas, inclusive, protestantes

Vatican II and ecumenical dialogue: liturgical changes and impacts on churches, including protestant ones

Mikael Vidal Vasconcelos[1]
Guilherme de Lima Castro[2]

Resumo: O artigo analisa a influência direta e indireta do Concílio Vaticano II (1962–1965) na liturgia dos cultos protestantes, destacando sua recepção em diferentes tradições cristãs. Partindo da reforma litúrgica católica inaugurada pela *Sacrosanctum Concilium*, o estudo apresenta os efeitos teológico-pastorais e eclesiológicos dessa renovação, sendo uma das maiores mudanças feitas pela igreja católica desde o Concílio de Trento (1545–1563), como a *Institutio Generalis Missalis Romani* e o *Summorum Pontificum* (2007). Evidencia-se que a reforma não se limitou a aspectos estéticos, mas implicou uma nova compreensão da liturgia como ação de Cristo e da comunidade. O texto também examina as repercussões na ortodoxia e, especialmente, nas igrejas protestantes históricas, que incorporaram elementos litúrgicos inspirados pelo movimento conciliar. Constata-se, então, que o Vaticano II, embora católico, foi catalisador de mudanças significativas em contextos protestantes, favorecendo a aproximação ecumênica e o diálogo entre ambas as igrejas.

Recebido em 24 de outubro de 2025
Aceito 21 de setembro de 2026

[1] Graduando em Teologia pela Faculdade Cidade Teológica Pentecostal (FCTP).
[2] Doutor em Ensino de Química pela UFC. Professor titular pela Faculdade Cidade Teológica Pentecostal (FCTP).

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Liturgia. Concílio de Trento. Ecumenismo. Protestantismo.

Abstract: The article analyzes the direct and indirect influence of the Second Vatican Council (1962–1965) on the liturgy of Protestant worship, highlighting its reception across different Christian traditions. Starting from the Catholic liturgical reform inaugurated by *Sacrosanctum Concilium*, the study presents the theological-pastoral and ecclesiological effects of this renewal, marking one of the most significant changes made by the Catholic Church since the Council of Trent (1545–1563), including documents such as the *Institutio Generalis Missalis Romani* and *Summorum Pontificum* (2007). It is evident that the reform went beyond aesthetic aspects and implied a new understanding of the liturgy as the action of Christ and the community. The text also examines repercussions within Orthodoxy and especially among historic Protestant churches, which incorporated liturgical elements inspired by the conciliar movement. It concludes that, although Catholic in origin, Vatican II acted as a catalyst for significant changes in Protestant contexts, fostering ecumenical rapprochement and dialogue between both churches.

Keywords: Second Vatican Council. Liturgy. Council of Trent. Ecumenism. Protestantism.

Introdução

O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII e encerrado por Paulo VI, foi um marco não apenas para a Igreja Católica Romana, mas para todo o cristianismo global.[3] Embora se tratasse de um concílio interno da Igreja de Roma, sua abrangência e os temas tratados reverberaram para além das fronteiras confessionais.[4] Um dos aspectos mais evidentes desse impacto foi a questão litúrgica — não apenas na renovação da liturgia católica, mas

[3] ARROYO, Francisco Merlos; BRIGHENTI, Agenor. *O Concílio Vaticano II*: Batalha perdida ou esperança renovada? São Paulo: Editora Paulinas, 2016, p. 119.

[4] PASSOS, João Décio. *Concílio Vaticano II*: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Editora Paulus, 2014, p. 7.

na forma como influenciou, direta e indiretamente, os cultos protestantes em diversos contextos.[5]

1. Recepção entre os católicos: uma reforma litúrgica profunda

A reforma litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II, consolidada principalmente por meio da Constituição *Sacrosanctum Concilium* (1963), foi a primeira grande mudança oficial na liturgia católica desde o Concílio de Trento (1545–1563). Tendo sido o concílio mais longo da história da igreja, "o Concílio de Trento foi a resposta da Igreja Católica à Reforma Protestante". Reuniu-se entre 1545 e 1563, em várias sessões, e tratou tanto de questões doutrinárias quanto disciplinares.[6]

No campo litúrgico, promoveu a uniformização dos ritos, dando origem ao chamado Missal Romano de Pio V, que se tornaria a base da liturgia católica por séculos. Essa reforma não foi meramente disciplinar ou estética: ela envolveu uma mudança de paradigma na maneira como a Igreja Católica compreende e celebra a liturgia.[7,8] Seu impacto reverberou profundamente não apenas nas práticas devocionais dos fiéis, mas na própria eclesiologia católica — ou seja, na maneira como a Igreja se entende como corpo celebrante, como cita Falsini,[9] "o Vaticano II provocou uma autêntica renovação litúrgica, que não se limitou a aspectos rituais, mas atingiu a própria autocompreensão da Igreja".

Falsini[10] ainda afirma que "a liturgia deixou de ser vista apenas como cumprimento de preceitos e passou a ser entendida como expressão vital da comunidade cristã". Desse modo, seguindo os

---

[5] BOGAZ, Antônio Sagrado; HANSEN, João Henrique. *Liturgia no Vaticano II*: novos tempos da celebração cristã. São Paulo: Editora Paulus, 2015, p. 10.

[6] SOARES, Afonso. *O Concílio de Trento*: contexto, decisões e repercussões. São Paulo: Editora Paulus, 2013.

[7] BOAS, Alex Villas. Reforma eclesial e recepção conciliar: crise da linguagem teológica e recepção estética do Vaticano II. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 46, n. 128, p. 45-70, 2014, p. 51.

[8] PEDROSA, Simão José Fernandes. *A reforma do Altar cristão segundo o Concílio Vaticano II e a sua importância na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica*: contributo para a unidade letiva "A Partilha do Pão" do 6.º ano do programa de Educação Moral e Religiosa Católica. 2020. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Departamento de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2020.

[9] FALSINI, Renzo. *O Concílio Vaticano II e a Liturgia*. São Paulo: Editora Paulinas, 1987.

[10] FALSINI, 1987, p. 23.

passos do Concílio de Trento, o Concílio Vaticano II, trás mudanças claras e que impactam até os dias atuais, pois ele não se resumiu apenas a fazer pequenos ajustes ou concertos, mas sim em trazer uma verdadeira renovação:

> A reforma litúrgica do Concílio Vaticano II deve ser entendida como um processo que vai muito além de simples ajustes práticos ou estéticos. Trata-se de uma renovação teológica que toca o coração da própria Igreja, pois redefine a liturgia como ação de Cristo e do povo de Deus. Essa concepção implica uma mudança eclesiológica profunda: a comunidade inteira se descobre sujeito celebrante, e não apenas receptora passiva de um rito conduzido pelo clero. A liturgia, nesse sentido, é fonte e cume da vida eclesial, lugar em que a Igreja se constrói e se manifesta como corpo de Cristo.[11]

A partir do Concílio Vaticano II, a liturgia deixou de ser vista apenas como cumprimento formal de ritos para se tornar uma expressão viva da comunidade cristã. Essa renovação profunda redefine a liturgia como ação conjunta de Cristo e do povo, transformando toda a comunidade em protagonista da celebração.[12] Assim, a liturgia passa a ser o centro vital da vida da Igreja, onde ela se constrói e se revela como corpo de Cristo.

1.1. Redescoberta das fontes e do sentido teológico da liturgia

A *ressourcement* (retorno às fontes), uma das grandes correntes teológicas do século XX, influenciou fortemente os padres conciliares. Inspirada por estudiosos como Dom Lambert Beauduin, Romano Guardini e os monges de Solesmes, essa abordagem visava redescobrir as riquezas da liturgia antiga, especialmente do período patrístico e do primeiro milênio cristão.[13] A *Sacrosanctum Concilium*,

[11] BOROBIO, 1992, p. 39-40.
[12] BOROBIO, 1992, p. 40.
[13] SILVA, Emerson Mozart da. *A Igreja-povo de Deus na perspectiva teológica de de Joseph Ratzinger*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Departamento de Teologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018, p. 38.

portanto, não quis "inventar" uma nova liturgia, mas recolocar a liturgia em seu lugar de origem.[14]

A liturgia passou a ser entendida, de modo mais explícito, como fonte e ápice da vida cristã, uma ação de Cristo e da Igreja, e não apenas uma repetição ritual dos atos do sacerdote em nome da comunidade. Isso implicou a necessidade de participação ativa, consciente e frutuosa dos fiéis — um princípio que se tornaria a pedra angular de toda a reforma.

1.2. Mudanças estruturais e simbólicas

A implementação da reforma litúrgica após o Concílio Vaticano II foi, sem exagero, uma das transformações mais significativas já empreendidas no interior da Igreja Católica Romana em sua expressão cultual. Não se tratou apenas de uma atualização de rubricas ou de uma reorganização funcional de ritos, mas de uma reconfiguração estrutural e simbólica da própria lógica celebrativa.[15] Ao transformar a maneira como o mistério da fé é ritualizado, a reforma tocou em aspectos identitários profundos da Igreja — sua relação com o tempo, com o espaço, com a linguagem, com o corpo e, sobretudo, com a assembleia litúrgica enquanto sujeito celebrante.

Essas mudanças estruturais e simbólicas foram perceptíveis porque visíveis, e polêmicas porque sensíveis. A liturgia não é apenas uma prática devocional; ela é um sistema complexo de símbolos que expressa a teologia de uma comunidade.[16] Alterar a liturgia é, portanto, alterar os meios pelos quais uma comunidade entende e experimenta sua relação com o transcendente. A recepção dessas mudanças se deu, portanto, não apenas no nível institucional, mas no cotidiano da fé dos fiéis, no imaginário devocional, na arquitetura dos templos, nas posturas corporais, nas músicas, nos silêncios e nas palavras proferidas durante a celebração.[17]

A reforma litúrgica propôs uma dupla fidelidade: à tradição viva da Igreja e às necessidades pastorais do mundo contemporâneo.[18] Para muitos, essa proposta representava uma ponte entre o passado e o presente; para outros, soava como um risco de diluição da

---

[14] GRILLO, Andrea. *Para além de Pio V*: a reforma litúrgica após a Traditionis Custodes. São Paulo: Editora Paulus, 2022.

[15] BOGAZ; HANSEN, 2015, p. 17.

[16] MARTÍN, Julián López. *A liturgia da Igreja*: teologia, história, espiritualidade e pastoral. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

[17] BOGAZ; HANSEN, 2015, p. 17.

[18] ARROYO, 2016, p. 47.

sacralidade em nome da acessibilidade. A tensão entre continuidade e descontinuidade permeou todas as fases da implementação da reforma, desde a promulgação da *Sacrosanctum Concilium* até as sucessivas instruções que visaram normatizar sua aplicação (como a *Institutio Generalis Missalis Romani*,[19] as edições do novo Missal Romano).

No plano simbólico, a reforma mexeu com elementos que, embora nem sempre dogmaticamente definidos, possuíam uma carga afetiva e identitária significativa para o povo de Deus. O uso do latim, o silêncio sacralizado, os gestos codificados do sacerdote, a separação clara entre clero e assembleia, a orientação da celebração "*versus Deum*", entre outros, compunham um *ethos* litúrgico que, ao ser alterado, gerou tanto entusiasmo renovador quanto sentimento de perda.[20]

Além disso, a reforma trouxe consigo um deslocamento de ênfase: da sacralidade como "mistério oculto e distante" para a sacralidade como "mistério acessível e participável". Esse deslocamento simbólico foi acompanhado por decisões práticas, como a adoção das línguas vernáculas, a simplificação dos ritos e a promoção de ministérios leigos.[21] Cada uma dessas mudanças refletia uma nova forma de compreender a natureza da celebração eucarística: menos como "espetáculo sacro" e mais como "ação comunitária".

O impacto dessas mudanças não se limitou à esfera ritual, mas alcançou também a arquitetura litúrgica, a música sacra, a catequese

[19] A Instrução Geral do Missal Romano, além de apresentar as normas gerais para a celebração da Eucaristia, também manifesta a riqueza teológica e pastoral do rito romano. Nela se afirma que a Missa é ao mesmo tempo e inseparavelmente sacrifício, memorial da morte e ressurreição do Senhor, banquete sagrado em que o povo de Deus participa do corpo e sangue de Cristo. Por isso, ela regula cuidadosamente cada parte da celebração, para que se expresse com clareza a natureza eclesial e comunitária da liturgia". (CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2003, p. 23).

[20] ASSUNÇÃO, Rudy Albino de. *A espiritualidade dos leigos*: À luz do Magistério Eclesial desde o Vaticano II. São Paulo: Editora Paulus, 2020.

[21] PONTES FILHO, Antônio Pimentel. *Na margem da vida*: a experiência da vida religiosa consagrada depois do Concílio Vaticano II. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2015, p. 72.

a espiritualidade.[22,23,24] Os espaços celebrativos precisaram ser adaptados para acolher a nova configuração da celebração, surgiram novos repertórios musicais litúrgicos, e a formação dos fiéis passou a exigir uma nova pedagogia litúrgica — centrada não na passividade reverente, mas na participação consciente e ativa. Dentre as mudanças mais significativas, podemos destacar o uso das línguas vernáculas na missa, substituindo o latim como língua oficial. Para muitos fiéis, essa tradução ampliou a compreensão e o envolvimento na liturgia, tornando-a mais próxima e acessível.[25,26]

A simplificação dos ritos, por sua vez, buscou eliminar repetições e elementos considerados excessivamente ornamentados ou complexos, com o intuito de tornar a liturgia mais clara e acessível para os participantes. Todavia, essa racionalização foi percebida por alguns como um empobrecimento da riqueza simbólica e sensorial que tradicionalmente caracterizava a celebração, reduzindo sua dimensão estética e mística.[27]

Finalmente, o maior envolvimento dos leigos, com a introdução de leitores, ministros extraordinários da Eucaristia e a valorização da homilia como momento central da liturgia, representou uma ruptura significativa com a visão clericalizada predominante até então.[28] Essa participação ativa dos fiéis não apenas democratizou a celebração, mas também reforçou o entendimento da liturgia como ação comunitária, em que todo o povo de Deus é sujeito celebrante e protagonista do mistério eucarístico.

As alterações promovidas na liturgia transformaram não só os rituais, mas também os espaços, a música e a formação dos fiéis, priorizando sua participação ativa. A introdução das línguas locais, a nova disposição do altar, a simplificação dos ritos e a ampliação dos ministérios leigos não se configuram meramente como adaptações pastorais, mas expressam o núcleo da reforma litúrgica enquanto reforma da própria Igreja. Ao evidenciar a assembleia como sujeito celebrante, composta por fiéis que, pelo batismo, participam do

---

[22] BOGAZ, Antônio Sagrado; HANSEN, João Henrique. *Vaticano II*: novos tempos e novos templos. São Paulo: Paulus Editora, 2021.

[23] FRADE, Gabriel. *Arquitetura sagrada no Brasil*: sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

[24] LIBANIO, João Batista. *Introdução à teologia fundamental*. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

[25] BOGAZ; HANSEN, 2021.
[26] BOGAZ; HANSEN, 2015, p. 9.
[27] FRADE, 2007.
[28] LIBANIO, 2014.

sacerdócio comum, a liturgia se reafirma como exercício eclesial presidido pelo ministro ordenado, recuperando, em chave contemporânea, a configuração ministerial das origens cristãs.

1.3. Tensões e resistências internas

A recepção da reforma litúrgica foi tudo menos homogênea.[29] Em muitos lugares, a transição foi acolhida com entusiasmo e esperança, especialmente por teólogos, catequistas, agentes de pastoral e comunidades envolvidas em movimentos litúrgicos pré-conciliares. A experiência da liturgia passou a ser vivida como mais próxima, mais encarnada na realidade das comunidades locais.

Apesar de a proposta do Concílio Vaticano II ter sido apresentada como uma renovação fiel à Tradição, muitos setores da Igreja, especialmente aqueles mais ligados à sensibilidade tradicionalista, não reconheceram nessa reforma uma continuidade orgânica com o passado litúrgico da Igreja.[30] Pelo contrário, enxergaram nela uma ruptura, uma mudança abrupta e até perigosa, que teria deixado de lado aspectos considerados essenciais à identidade católica, especialmente no tocante ao caráter sacrifical e transcendente da missa.

Entre os grupos mais expressivos nessa crítica, destacou-se a Fraternidade Sacerdotal São Pio X (FSSPX), fundada em 1970 pelo arcebispo francês Dom Marcel Lefebvre. Esse grupo se formou em reação direta às reformas conciliares — não apenas as litúrgicas, mas também as eclesiológicas e ecumênicas — mas encontrou na nova liturgia (o *Novus Ordo Missae*, ou "Missa de Paulo VI") um dos pontos mais sensíveis de sua oposição.[31]

A crítica formulada pela FSSPX e por setores tradicionalistas parte de uma compreensão específica de Tradição, identificando-a, em grande medida, com a fixação ritual consolidada no período pós-concílio de Trento. Nesse horizonte, a reforma litúrgica pareceria configurar ruptura. Entretanto, se a Tradição for entendida em sua acepção teológica como transmissão viva do depósito da fé, marcada

---

[29] PASSOS, 2014, p. 13.

[30] DREHER, Martin Norberto. *Crise e renovação da igreja no período da Reforma*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1996, p. 50.

[31] MÉRIDA, Vinícius Couzzi. *O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos*: resistência e cisma. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Departamento de Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2016, p. 15.

por continuidade dinâmica e desenvolvimento orgânico, a reforma pode ser interpretada não como abandono do sacrifício eucarístico, mas como rearticulação de seus elementos constitutivos à luz da participação ativa da assembleia e da eclesiologia do sacerdócio comum dos fiéis.[32] Segundo esses críticos, a nova liturgia teria:

- Diminuído o foco no sacrifício redentor de Cristo, enfatizando excessivamente a dimensão de "banquete comunitário";
- Reduzido os elementos de reverência e mistério (como o latim, o silêncio, os gestos sacerdotais e a posição "*versus Deum*");
- Introduzido uma estética mais horizontal e dialogal, que colocaria a assembleia em um papel que obscureceria o papel único do sacerdote como mediador.

Essas críticas não foram meras divergências opinativas: elas levaram a um rompimento formal com a autoridade do Papa por parte da FSSPX em 1988, quando Dom Lefebvre, desobedecendo diretamente ao Papa João Paulo II, ordenou quatro bispos sem mandato pontifício — ato considerado cismático e que resultou na excomunhão dos envolvidos.[33]

O rito que a FSSPX continuou celebrando e promovendo é a chamada Missa Tridentina, ou Missa segundo o Missal de 1962, última versão do rito romano anterior à reforma conciliar.[34] Esse rito, celebrado inteiramente em latim e com o sacerdote voltado ao altar (*versus Deum*), era visto pelos tradicionalistas como a expressão autêntica e insubstituível da liturgia católica.

Nas décadas seguintes, essa questão litúrgica tornou-se símbolo de uma tensão mais ampla dentro da Igreja: de um lado, aqueles que viam na reforma um legítimo retorno às fontes e uma abertura necessária ao mundo moderno; de outro, aqueles que entendiam essas mudanças como concessões indevidas ao espírito do tempo e como uma erosão da identidade católica.

---

[32] RIBEIRO, Julio César de Paula. *In illo tempore!* Um estudo sobre o tradicionalismo católico, opiniões, motivações e a adesão de fiéis católicos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024, p. 23.

[33] CALVANI, Carlos Eduardo. 50 anos do Vaticano II – o impacto ecumênico e a curiosa atualização do princípio protestante em Lefebvre. *Correlatio*, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 27, p. 111-124, 2015.

[34] RIBEIRO, 2024, p. 99.

Para tentar apaziguar essa tensão, o Papa Bento XVI publicou, em 2007, o motu proprio *Summorum Pontificum*,[35] permitindo uma ampliação do uso da Missa Tridentina como "forma extraordinária do rito romano", ao lado da "forma ordinária" (o *Novus Ordo*). A intenção era promover reconciliação e unidade, mostrando que as duas formas podiam coexistir.[36]

Contudo, sob o pontificado do Papa Francisco, novas preocupações surgiram quanto à instrumentalização ideológica da Missa Tridentina por alguns grupos. Por isso, em 2021, ele emitiu o motu proprio *Traditionis Custodes*, restringindo novamente o uso do rito antigo, com o argumento de que ele estava sendo usado como instrumento de divisão e rejeição do Concílio Vaticano II.[37]

1.4. Consequências teológico-pastorais

Medir o "sucesso" da reforma apenas por sua implementação formal é insuficiente. É necessário observar os frutos espirituais, pastorais e culturais que ela gerou tanto os positivos quanto as tensões, conflitos e ambivalências.

Em continentes como a América Latina e a África, a reforma litúrgica teve impacto particularmente significativo porque abriu espaço para uma liturgia encarnada nas culturas locais — o que chamamos de inculturação.[38] Isso significou:

- Uso de idiomas, símbolos, músicas e ritmos próprios das culturas locais;
- Valorização das experiências comunitárias, da oralidade e da corporeidade;

---

[35] "O motu proprio Summorum Pontificum, promulgado por Bento XVI em 2007, reconheceu que o Missal Romano de 1Sc2 nunca havia sido juridicamente ab-rogado e estabeleceu que poderia ser utilizado como 'forma extraordinária' da liturgia romana, ao lado do Missal reformado após o Concílio Vaticano II, denominado 'forma ordinária'." (BENTO XVI, 2007, p. 2).

[36] DEMORE, Givas. Os instrumentos na missa: análise da permissividade dos instrumentos musicais. *Tear Online*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 111-121, 2020, p. 117.

[37] GRILLO, 2022.

[38] BUCCIOL, Dom Armando. *Iniciar à fé pela liturgia*: a recepção da reforma litúrgica na América Latina e no Caribe-Sendas vol. 7-Digital. Brasília: Edições CNBB, 2024.

- Ligação entre a liturgia e as lutas sociais, especialmente em contextos de pobreza e exclusão.

Essas adaptações não foram apenas decorativas, mas expressaram uma teologia viva, capaz de tornar a celebração mais significativa para as pessoas. A fé, nesse contexto, ganhou expressões vibrantes, mais próximas da realidade cotidiana e da sensibilidade do povo. Esse processo de inculturação foi impulsionado por documentos como *Evangelii Nuntiandi* (1975) e *Redemptoris Missio* (1990), que encorajaram a integração entre fé e cultura.[39,40]

Por outro lado, na Europa Ocidental, a reforma litúrgica coincidiu com um processo já em andamento de aceleração da secularização, ou seja, o declínio do sentimento religioso, da prática sacramental e da influência social da Igreja.[41]

Apesar das tensões entre fieis e celebrantes, a reforma litúrgica abriu novos horizontes teológicos e pastorais:

- Novas teologias litúrgicas emergiram, com foco na liturgia como linguagem simbólica, como pedagogia da fé, e como lugar de revelação. Autores como Jean Corbon, Anscar Chupungco e Edward Kilmartin exploraram a riqueza da liturgia como experiência de comunhão e transformação.
- O diálogo ecumênico foi fortalecido, já que muitas Igrejas protestantes históricas também estavam em processo de revisão litúrgica. A estrutura renovada da missa (com maior centralidade da Palavra, oração universal, participação dos leigos, etc.) aproximou a liturgia católica de formas cultuais não-católicas, facilitando pontes de compreensão.
- A liturgia passou a ser vista como ação transformadora, com implicações pedagógicas (formação da consciência), missionárias (inculturação e evangelização) e sociopolíticas

[39] AZEVEDO, Carlos A. Moreira. Responsabilidades missionárias das comunidades eclesiais: novo advento missionário. *Humanística e Teologia*, Porto, v. 13, n. 2, p. 207-234, 1992.

[40] RESTORI, Memore. *A missão no Vaticano II*. São Paulo: Editora Paulus, 2021.

[41] DREHER, 1996, p. 8.

(expressão da opção pelos pobres, defesa da dignidade humana, celebração da memória dos mártires).

Esse novo entendimento rompe com uma visão reducionista da liturgia como mero "cumprimento de rito sacramental". A celebração é agora compreendida como o lugar onde se forma a identidade do cristão e da comunidade, onde se aprende a viver a fé, onde se encarna o Evangelho no tempo e na história.[42]

2. Recepção Ortodoxa: respeito com cautela

A Igreja Ortodoxa não participou diretamente do Concílio Vaticano II, mas observou atentamente seu desenrolar, pois este foi um concílio católico, convocado pelo Papa João XXIII e continuado por Paulo VI, reunindo bispos da Igreja Católica do mundo inteiro.[43] No entanto, diferentemente de concílios anteriores (especialmente o Vaticano I e o Concílio de Trento), o Vaticano II abriu suas portas para observadores de outras confissões cristãs, incluindo representantes das Igrejas Ortodoxas orientais e das Igrejas Ortodoxas orientais não calcedonianas.

Esses observadores não tinham direito a voto, mas sua presença foi altamente simbólica e estrategicamente importante: sinalizava uma mudança de atitude por parte da Igreja Católica, que até então havia mantido uma postura mais autorreferente e defensiva em relação a outras tradições cristãs. A Ortodoxia, portanto, não participou das decisões, mas acompanhou o processo com interesse crítico, especialmente os textos referentes à liturgia, à eclesiologia e ao ecumenismo.[44]

As Igrejas Ortodoxas, especialmente aquelas de tradição bizantina, conservam uma liturgia fortemente enraizada em práticas que remontam aos primeiros séculos do cristianismo. De modo análogo, as Igrejas Ortodoxas Orientais, como as de tradição siríaca, copta e armênia, também preservam formas litúrgicas antigas,

---

[42] WOLFF, Elias. *Vaticano II*: 50 anos de ecumenismo na Igreja Católica. São Paulo: Editora Paulus, 2015, p. 193.

[43] VALENTINI, Demétrio. *Revisitar o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Editora Paulinas, 2013.

[44] BERKENBROCK, Volney J. *Ecumenismo*: A difícil arte do diálogo entre os cristãos. Petrópolis: Editora Vozes, 2024.

desenvolvidas em contextos históricos e teológicos próprios.[45] Os ritos, cânticos, gestos e orações são marcados por uma profunda continuidade com os Padres da Igreja e com a tradição monástica, preservando uma linguagem simbólica densa e uma ritualidade altamente estética e teológica.

Embora a tradição latina tenha passado por processos de codificação e reforma, especialmente após o Concílio de Trento e no Concílio Vaticano II, isso não significa uma compreensão diversa quanto ao estatuto teológico da liturgia.[46] Tanto no Ocidente quanto no Oriente, a liturgia é entendida como expressão normativa da fé da Igreja. A especificidade da Ortodoxia reside menos em uma teologia distinta da liturgia e mais na forma histórica de preservação de suas estruturas rituais, que conheceram menor centralização jurídica e menos intervenções reformadoras ao longo dos séculos.

Os ortodoxos, em geral, viram essas reformas com respeito cauteloso, sem imitar seus métodos, mas reconhecendo que o Ocidente tentava se reaproximar de uma compreensão mais patrística e comunitária da liturgia, algo que a Ortodoxia sempre preservou.[47]

O ponto de maior convergência entre o Vaticano II e as Igrejas Ortodoxas não foi litúrgico, mas ecumênico.[48] O decreto *Unitatis Redintegratio*, promulgado em 1964, foi um divisor de águas na posição oficial da Igreja Católica sobre as demais confissões cristãs.[49]

Esse documento:

- Reconheceu a presença de elementos de santificação e verdade fora dos limites visíveis da Igreja Católica;
- Afirmou que as Igrejas Ortodoxas são verdadeiras Igrejas particulares, com sucessão apostólica válida e sacramentos legítimos;
- Incentivou o diálogo teológico e espiritual com as Igrejas

---

45 LOIACONO, Mauricio. A igreja ortodoxa no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 67, p. 116-131, 2005, p. 127.

46 NEUNHEUSER, Burkhard. *História da liturgia através das épocas culturais*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

47 BOGAZ, Antônio Sagrado; HANSEN, João Henrique; COUTO, Márcio Alexandre. *Patrística*: caminhos da tradição cristã. São Paulo: Editora Paulus, 2016.

48 WOLFF, 2015, p. 179.

49 SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Revelação e diálogo intercultural*: nas pegadas do Vaticano II. São Paulo: Editora Paulus, 2021.

do Oriente, fundado no respeito mútuo e na busca pela unidade visível.

Esse gesto foi recebido com interesse e certo alívio por muitos líderes ortodoxos, especialmente após séculos de tensões, condenações mútuas e desconfianças. Pela primeira vez em tempos modernos, a Igreja Católica reconhecia oficialmente a dignidade eclesial da Ortodoxia, e não apenas como "irmãos separados", mas como Igrejas irmãs, embora ainda em ruptura de comunhão.[50] Essa nova disposição católica abriu caminhos para encontros históricos:

- O encontro entre o Papa Paulo VI e o Patriarca Atenágoras I de Constantinopla (em Jerusalém, 1964) foi emblemático e levou, em 1965, à revogação mútua das excomunhões de 1054, ato que havia simbolizado o cisma entre Oriente e Ocidente.[51]
- Posteriormente, o diálogo teológico católico-ortodoxo se aprofundou por meio da Comissão Mista Internacional para o Diálogo Teológico, que continua ativa até hoje.[52]

Embora as Igrejas Ortodoxas não tenham realizado reformas litúrgicas diretamente inspiradas pelo Concílio Vaticano II, sua influência pode ser percebida de forma indireta, especialmente em dois aspectos. Primeiro, o Vaticano II, ao resgatar as fontes patrísticas e bíblicas, incentivou setores da Ortodoxia a aprofundarem a reflexão sobre sua própria liturgia, não com o intuito de reformá-la estruturalmente, mas para enriquecer seu significado pastoral, principalmente em contextos missionários e nas comunidades da diáspora. Em segundo lugar, a postura aberta e dialogal adotada pelo Concílio favoreceu o aprofundamento do diálogo ecumênico entre ortodoxos e a Igreja de Roma, visto não como um gesto de submissão, mas como uma colaboração entre igrejas irmãs.

---

[50] FAVRETTO, Alexandre Boratti. *Liberdade religiosa na Declaração Dignitatis Humanae*: contexto, gênese temática e debate. São Paulo: Editora Pluralidades, 2022.

[51] DIAS, Tiago Cosmo da Silva; MOREIRA, Maria Angélica Franco. O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I: memória e desdobramentos. *Caminhos de Diálogo*, Curitiba, v. 12, n. 21, p. 242-256, 2024.

[52] SCHIMIDT, Ervino. A Comissão Nacional Católico-Luterana. Retrospectiva e desafios. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 25, n. 1, 2010.

Nesse sentido, a influência do Concílio foi mais relacional do que ritual: transformou a maneira como a Igreja Católica se relaciona com a Ortodoxia e, por extensão, como os ortodoxos passaram a perceber a sinceridade do Ocidente em buscar reconciliação sem diluir a identidade de cada tradição.

3. Recepção entre os protestantes: influência litúrgica surpreendentemente significativa

A influência do Concílio Vaticano II sobre as comunidades protestantes, sobretudo nas tradições históricas como luteranos, anglicanos, presbiterianos e metodistas, é mais significativa e complexa do que comumente se reconhece, inclusive entre muitos católicos.[53] Embora essas denominações tenham suas próprias trajetórias litúrgicas e teológicas, o espírito renovador do Vaticano II, com sua ênfase na participação ativa dos fiéis, na valorização da Sagrada Escritura e na busca por uma liturgia mais acessível e comunitária, ressoou profundamente nesses grupos.

Essa influência manifestou-se tanto em reformas concretas de seus próprios cultos

— por exemplo, na revitalização da música sacra, na simplificação e renovação dos ritos e na ênfase renovada na homilia e no ensino bíblico — quanto no fortalecimento do diálogo ecumênico, que possibilitou uma reaproximação entre católicos e protestantes em níveis teológicos e práticos.[54,55]

Além disso, o Vaticano II contribuiu para que essas tradições protestantes revisitassem suas próprias práticas litúrgicas à luz de uma compreensão mais ampla da comunidade como corpo ativo e celebrante, estimulando uma convergência que vai além do formalismo ritual e toca a essência da experiência de fé compartilhada.

---

53 GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; SOUZA, Ney de. *Catolicismo e sociedade contemporânea*: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

54 PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 351, 2015.

55 BOGAZ; HANSEN, 2015, p. 7.

3.1. A Reforma Litúrgica Protestante Pós-Vaticano II

A partir da década de 1970, diversas igrejas protestantes iniciaram um processo significativo de revisão litúrgica que refletia um interesse renovado por uma teologia mais sacramental e comunitária, alinhada aos princípios vigorosamente promovidos pelo Concílio Vaticano II.[56] Este movimento não foi um simples ajuste formal, mas um retorno crítico às raízes da tradição cristã, especialmente marcado pela recuperação das fontes patrísticas, que tanto os católicos quanto os protestantes passaram a redescobrir como fonte vital para a compreensão da liturgia.

Nesse contexto, a centralidade da Eucaristia foi intensificada em tradições históricas como a luterana e anglicana, que, embora já reconhecessem a dimensão sacramental da ceia, passaram a enfatizar sua frequência e significado, influenciadas pelo destaque conferido à missa católica no período pós-conciliar.[57]

Paralelamente, o uso das línguas vernáculas e a promoção da participação ativa da assembleia — aspectos já incorporados às práticas protestantes — foram aprofundados, dando origem a ritos mais dialogais, que valorizam as respostas comunitárias e as orações coletivas, reforçando o caráter participativo e inclusivo da celebração.

Além disso, uma das contribuições mais concretas do pós-Vaticano II foi a adoção de calendários litúrgicos e lecionários comuns, especialmente o modelo trienal desenvolvido pela Igreja Católica,[58,59] facilitando não apenas uma renovação litúrgica interna, mas também o diálogo ecumênico e a convergência entre as tradições cristãs. Esse movimento reflete, portanto, uma transformação profunda, em que a liturgia se revela como espaço privilegiado para a reafirmação da identidade comunitária e teológica das igrejas protestantes, em sintonia com os ventos reformadores do Concílio Vaticano II.

---

[56] PARANHOS, Washington. *O contexto litúrgico sacramental da Igreja em sua evolução histórica*. São Paulo: Editora Paulus, 2022.

[57] BARROS, Solange Pereira. *Eucaristia e poder sacerdotal*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Departamento de Filosofia e Sociologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007, p. 109.

[58] MARTÍN, 2022.

[59] MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

3.2. O movimento litúrgico ecumênico

Antes mesmo do Concílio, o chamado "Movimento Litúrgico" já influenciava ambientes tanto católicos quanto protestantes, especialmente na Europa. O Vaticano II, nesse contexto, não inaugurou a reforma, mas a oficializou e universalizou. Assim, as mudanças católicas legitimaram e impulsionaram reformas litúrgicas que já vinham sendo gestadas no mundo protestante.

Não se pode, contudo, homogeneizar a recepção protestante. Igrejas mais conservadoras ou evangélicas (no sentido moderno do termo), como batistas, pentecostais e igrejas livres, em geral não se interessaram pela renovação litúrgica e mantiveram práticas mais espontâneas e menos formais.

Por outro lado, denominações protestantes com heranças litúrgicas mais fortes, como os luteranos, se engajaram ativamente em reformas litúrgicas paralelas às católicas. É emblemático que, após o Vaticano II, o diálogo ecumênico entre essas igrejas tenha se aprofundado — e, não raro, se manifestado na semelhança estrutural de seus cultos dominicais.

Conclusão: um Concílio católico com efeitos protestantes

O Vaticano II, embora dirigido à renovação da Igreja Católica, tornou-se um catalisador de mudanças litúrgicas em várias partes do mundo cristão. Sua influência nos cultos protestantes foi, em muitos casos, indireta, mas decisiva. Gerou uma nova consciência sobre a importância da liturgia como expressão comunitária da fé, reaproximou práticas eclesiais distantes e alimentou um ecumenismo não apenas teológico, mas também ritual.

A partir do Concílio, muitos cultos protestantes tornaram-se mais estruturados, mais centrados na Palavra e no Sacramento, e mais conectados ao calendário litúrgico cristão universal — paradoxalmente, aproximando-se de uma forma de culto que, historicamente, haviam rejeitado.

Nesse sentido, o Vaticano II foi, para os protestantes, um espelho e um estímulo. Ainda que não tenham se submetido à sua autoridade, encontraram nele uma fonte de renovação para além das paredes do Vaticano.

Assim, o estudo demonstrou que o Concílio Vaticano II ultrapassou os limites da Igreja Católica e exerceu influência marcante sobre outras tradições cristãs, especialmente no campo litúrgico. Essa influência exercida, gerou mudanças que repercutiu na

Ortodoxia, ainda que de modo cauteloso, e foi particularmente significativa entre as igrejas protestantes históricas, que incorporaram elementos estruturais e simbólicos inspirados pelo movimento conciliar.

Mais do que uma reforma interna, o Vaticano II mostrou-se um ponto de virada na história do cristianismo contemporâneo como mostrado seu grande impacto por todo o mundo, capaz de renovar práticas, despertar novas reflexões teológicas e favorecer uma maior abertura ao diálogo entre diferentes tradições de fé.

Referências

ARROYO, Francisco Merlos; BRIGHENTI, Agenor (Ed.). *O Concílio Vaticano II*: Batalha perdida ou esperança renovada?. São Paulo: Editora Paulinas, 2016.

ASSUNÇÃO, Rudy Albino. *A espiritualidade dos leigos*: à luz do Magistério Eclesial desde o Vaticano II. São Paulo: Editora Paulus, 2020.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira. Responsabilidades missionárias das comunidades eclesiais: novo advento missionário. *Humanística e Teologia*, Porto, v. 13, n. 2, p. 207-234, 1992.

BARROS, Solange Pereira. Eucaristia e poder sacerdotal. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Departamento de Filosofia e Sociologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

BENTO XVI. *Carta Apostólica sob forma de Motu Proprio Summorum Pontificum*. Vaticano, 07 jul. 2007. Disponível em: https://www.vatican.va. Acesso em: 30 set. 2025.

BERKENBROCK, Volney J. *Ecumenismo*: a difícil arte do diálogo entre os cristãos. Petrópolis: Editora Vozes, 2024.

BOGAZ, Antônio Sagrado; HANSEN, João Henrique. *Liturgia no Vaticano II*: novos tempos da celebração cristã. São Paulo: Editora Paulus, 2015.

BOGAZ, Antônio Sagrado; HANSEN, João Henrique. *Vaticano II*: novos tempos e novos templos. São Paulo: Editora Paulus, 2021.

BOGAZ, Antônio Sagrado; HANSEN, João Henrique; COUTO, Márcio Alexandre. *Patrística*: caminhos da tradição cristã. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2016.

BOROBIO, Dionísio. *A celebração da Igreja: Liturgia e Sacramentologia fundamental*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BOAS, Alex Villas. Reforma eclesial e recepção conciliar: crise da linguagem teológica e recepção estética do Vaticano II. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 46, n. 128, p. 45-70, 2014.
BUCCIOL, Dom Armando. *Iniciar à fé pela liturgia*: a recepção da reforma litúrgica na América Latina e no Caribe-Sendas vol. 7-Digital. Brasília: Edições CNBB, 2024.

CALVANI, Carlos Eduardo. anos do Vaticano II–o impacto ecumênico e a curiosa atualização do princípio protestante em Lefebvre. *Correlatio*, São Bernardo do Campo,

v. 14, n. 27, p. 111-124, 2015.
DIAS, Tiago Cosmo da Silva; MOREIRA, Maria Angélica Franco. O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I: memória e desdobramentos. *Caminhos de Diálogo*, Curitiba, v. 12, n. 21, p. 242-256, 2024.
DEMORE, Givas. Os instrumentos na missa: análise da permissividade dos instrumentos musicais. *Tear Online*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 111-121, 2020.
DREHER, Martin Norberto. *A crise e renovação da igreja no período da Reforma*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1996.

FALSINI, Renzo. *O Concílio Vaticano II e a Liturgia*. São Paulo: Editora Paulinas, 1987.

FAVRETTO, Alexandre Boratti. *Liberdade religiosa na Declaração Dignitatis Humanae*: contexto, gênese temática e debate. São Paulo: Editora Pluralidades, 2022.

FRADE, Gabriel. *Arquitetura sagrada no Brasil*: sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; SOUZA, Ney de. *Catolicismo e sociedade contemporânea*: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

GRILLO, Andrea. *Para além de Pio V*: a reforma litúrgica após a Traditionis Custodes. São Paulo: Editora Paulus, 2022.

LIBANIO, João Batista. *Introdução à teologia fundamental*. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

LOIACONO, Mauricio. A igreja ortodoxa no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 67, p. 116-131, 2005.
MARTÍN, Julián López. *A liturgia da Igreja*: teologia, história, espiritualidade e pastoral. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. *O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos*: Resistência e cisma. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Departamento de Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2016.

NEUNHEUSER, Burkhard. *História da liturgia através das épocas culturais*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

PARANHOS, Washington. *O contexto litúrgico sacramental da Igreja em sua evolução histórica*. São Paulo: Editora Paulus, 2022.

PASSOS, João Décio. *Concílio Vaticano II*: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

PEDROSA, Simão José Fernandes. *A reforma do Altar cristão segundo o Concílio Vaticano II e a sua importância na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica*: contributo para a unidade letiva "A Partilha do Pão" do 6. º ano do programa de Educação Moral e Religiosa Católica. 2020. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Departamento de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2020.

PONTES FILHO, Antônio Pimentel. *Na margem da vida*: a experiência da vida religiosa consagrada depois do Concílio Vaticano II. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2015.
PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 351, 2015.

RESTORI, Memore. *A missão no Vaticano II*. São Paulo: Editora Paulus, 2021.

RIBEIRO, Julio César de Paula. *In illo tempore!* Um estudo sobre o tradicionalismo católico, opiniões, motivações e a adesão de fiéis católicos. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
SCHIMIDT, Ervino. A Comissão Nacional Católico-Luterana. Retrospectiva e desafios.
Revista Encontros Teológicos, Florianópolis, v. 25, n. 1, 2010.

SILVA, Emerson Mozart da. A Igreja-povo de Deus na perspectiva teológica de de Joseph Ratzinger. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Departamento de Teologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.
SOARES, Afonso. *O Concílio de Trento*: contexto, decisões e repercussões. São Paulo: Paulus, 2013.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Revelação e diálogo intercultural*: nas pegadas do Vaticano II. São Paulo: Editora Paulus, 2021.

VALENTINI, Demétrio. *Revisitar o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Editora Paulinas, 2013.

WOLFF, Elias. *Vaticano II*: 50 anos de ecumenismo na Igreja Católica. São Paulo: Editora Paulus, 2015.